

## HOSPITAL GERAL DE CURITIBA

**Estudo Técnico Preliminar 65/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64578.012927/2026-88

**2. Descrição da necessidade**

2.1 Registro de preços para aquisição de medicamentos para atender as necessidades do Setor de Terapia Antineoplásica do Hospital Geral de Curitiba - Pregão 90025/2026 (Relançamento dos itens desertos/fracassados do Pregão Eletrônicos 90009/2026), com quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2.2 A missão institucional do HGeC é garantir assistência humanizada à saúde, com segurança e confiabilidade, minimizando o sofrimento decorrente das doenças por intermédio de recursos humanos capacitados e meios tecnológicos atualizados, em um ambiente adequado e digno, amparado em uma gestão racional e eficiente.

2.3 Para o cumprimento dessa missão há necessidade de definição de regras na instrução processual para contratações de serviços e compras para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta por órgãos da Administração Pública, onde o HGeC se encontra incluído.

2.4 Essas contratações produzem significativo impacto na atividade econômica da OM, tendo em vista o volume de recursos envolvidos. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. (SEGES/MPOG,2017).

2.5 O Setor de Terapia Antineoplásica do HGeC possui uma estrutura com médicos oncologistas, hematologistas, farmacêuticos oncológicos e profissionais da enfermagem capacitados para atendimento da família militar nos mais diversos seguimentos de tratamentos e atendimentos nesta área.

2.6 Atualmente o Setor de Terapia Antineoplásica, absorve a demanda de pacientes oncológicos da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina), além de alguns pacientes encaminhados de outras regiões, totalizando uma média de 446 atendimentos ao mês. Em 2025 foram atendidos em média 169 pacientes por mês (sendo pacientes em tratamento e pacientes em seguimento/acompanhamento, consultas), contemplando as mais diversas áreas da Onco/hematologia, sendo os de maior prevalência: Neoplasia Maligna de Mama, Neoplasia Maligna de Próstata, Neoplasia Maligna do Trato Gastrointestinal e Neoplasia Maligna de Pulmão e na Hematologia: Linfomas e Mieloma Múltiplo.

## TOTAL DE PACIENTES EM TRATAMENTO E ATENDIMENTOS REALIZADOS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>Pacientes em Tratamento *</b>	155	169	146	151	229	181	228	169	146	154	156	149
<b>Nº de atendimentos no ambulatório de quimioterapia **</b>	215	223	216	220	245	225	235	223	216	214	231	221
<b>Nº de Consultas Médicas Realizadas</b>	249	223	216	225	218	213	216	223	216	248	224	202
<b>Total de Atendimentos realizados ***</b>	464	446	432	445	463	438	451	446	432	462	455	423
<b>Média de Atendimentos realizados por dia ****</b>	21,1	22,3	24	22,2	23	20,8	19,6	22,3	24	20,1	25,2	19,2

\* Representa o N° de pacientes em tratamento atendidos no mês.

\*\* Representa o N° de atendimentos realizados no ambulatório de quimioterapia aos pacientes em tratamento (medicações EV, VO, Hemotransfusão, etc...). O mesmo paciente em tratamento pode ser atendido mais de uma vez no mesmo mês.

\*\*\* Representa a soma do N° de atendimentos no ambulatório de quimioterapia + o N° de Consultas Médicas Realizadas.

\*\*\*\* Total de Atendimentos realizado dividido pelo número de dias úteis no mês.

Fonte: Agenda da Quimioterapia e Agenda Médica

### PACIENTES EM TRATAMENTO POR DIAGNÓSTICO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>Cólon / Reto</b>	8 5,1%	9 5,3%	9 6,1%	8 5,3%	8 5,1%	9 5,3%	9 6,1%	9 5,3%	9 6,1%	8 5,1%	9 5,7%	8 5,3%
<b>Neoplasias Hematológicas *</b>	15 9,6%	15 8,8%	22 15%	20 13,2%	15 9,6%	15 8,8%	22 15%	15 8,8%	22 15%	15 9,6%	14 8,9%	13 8,7%
<b>Mama</b>	56 36,1%	59 34,9%	54 36,9%	55 36,4%	56 36,1%	59 34,9%	54 36,9%	59 34,9%	54 36,9%	56 36,1%	58 37,2%	58 38,9%
<b>Próstata</b>	26 16,7%	25 14,7%	23 15,7%	23 15,2%	26 16,7%	25 14,7%	23 15,7%	25 14,7%	23 15,7%	23 16,7%	24 15,3%	23 15,4%
<b>Pulmão</b>	5 3,2%	6 3,5%	6 4,1%	5 3,3%	5 3,2%	6 3,5%	6 4,1%	6 3,5%	6 4,1%	5 3,2%	5 3,2%	4 2,7%
<b>NÃO SÃO NEOPLASIAS</b>												
<b>Anemia</b>	11 7%	16 9,4%	10 6,8%	8 5,3%	11 7%	16 9,4%	10 6,8%	16 9,4%	10 6,8%	11 7%	5 3,2%	4 2,7%
<b>Externos **</b>	14 9%	15 8,8%	11 7,5%	12 7,9%	14 9%	15 8,8%	11 7,5%	15 8,8%	11 7,5%	14 9%	6 3,8%	5 3,3%
<b>Total</b>	155	169	146	151	229	181	228	169	146	154	156	149

Obs.: Referente às Neoplasias, os 5 Diagnósticos mais frequentes são: Mama, Próstata, Cólon e Reto, Neoplasias Hematológicas (Linfomas e Leucemias) e Pulmão.

Obs.: Outros diagnósticos como Melanoma, Bexiga, Gástrico, Útero, Ovário, Pâncreas, etc., apresentaram número menor do que 5, por isso não aparecem nesta tabela.

\* Leucemias / Linfomas / Mieloma / Mielodisplasia, etc;

\*\* Pacientes da Ginecologia / Endocrinologia / Reumatologia / Neurologia / Dermatologia, etc.

Fonte: Agenda da Quimioterapia

2.7 O Serviço de Terapia Antineoplásica do Hospital Geral de Curitiba atua pautado nos princípios da humanização da assistência, acolhimento e respeito aos pacientes, transparência e ética nas contratações, bem como na adoção de práticas clínicas multidisciplinares e na promoção do uso racional e eficiente de recursos públicos. Nesse contexto, a aquisição de medicamentos oncológicos destinados ao atendimento das demandas assistenciais no exercício de 2026 configura-se como medida essencial para a manutenção das atividades do setor, garantindo a continuidade do cuidado e a adequada assistência aos pacientes em tratamento. Ressalta-se que os medicamentos oncológicos são insumos críticos, cuja indisponibilidade pode acarretar interrupção de tratamentos, prejuízo à resposta terapêutica e agravamento do quadro clínico dos pacientes. Dessa forma, a realização de processo licitatório, preferencialmente por meio do Sistema de Registro de Preços, visa assegurar maior celeridade, eficiência e flexibilidade nas aquisições, possibilitando o atendimento oportuno das necessidades assistenciais. Destaca-se que a adequada estruturação do processo de aquisição contribui diretamente para a qualidade da assistência prestada, sendo fator determinante para a sobrevida e a qualidade de vida dos pacientes oncológicos atendidos por esta Organização Militar de Saúde.

2.8 Vale destacar que os protocolos terapêuticos para tratamento de doenças onco-hematológicas encontram-se em constante evolução, com frequente incorporação de novas evidências científicas e tecnologias em saúde. Nesse contexto, a atualização do arsenal terapêutico institucional, por meio da inclusão de medicamentos ainda não previamente adquiridos por esta Organização Militar de Saúde, mostra-se necessária para garantir a adesão às melhores práticas clínicas e o adequado manejo dos pacientes. Adicionalmente, ressalta-se que as doenças onco-hematológicas em tratamento podem apresentar progressão ou refratariedade, demandando a utilização de terapias de resgate e medicamentos de suporte específicos, muitas vezes associados a tecnologias inovadoras devidamente validadas cientificamente. Dessa forma, a ampliação do elenco de medicamentos visa assegurar a continuidade e a efetividade do tratamento, contribuindo para a melhoria dos desfechos clínicos, da qualidade de vida e da sobrevida dos pacientes assistidos.

2.9 Por fim, cabe ressaltar que a falta do objeto do presente certame durante os atendimentos desta OMS implica no encaminhamento de pacientes à Organizações Cíveis de Saúde (OCSs), que prestam serviços de atendimento complementar aos usuários desta Força, tornando os custos mais onerosos à Administração Pública.

2.10 Para a renovação do processo licitatório, os quantitativos foram estimados com base na análise do consumo registrado durante a vigência da ata de registro de preços anterior, bem como na projeção da demanda anual do serviço. Ressalta-se que os parâmetros, premissas adotadas e a memória de cálculo detalhada encontram-se devidamente descritos em documento técnico específico que integra o presente processo administrativo. Os quantitativos indicados possuem caráter estimativo, sendo as aquisições realizadas conforme a necessidade, por meio do Sistema de Registro de Preços, não obrigando a Administração à contratação integral dos itens registrados.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SETOR DE TERAPIA ANTINEOPLÁSICA	CAP MÉDICO APOENA ALVES LOBATO (HEMATOLOGISTA)
SETOR DE TERAPIA ANTINEOPLÁSICA	CAP M'ÉDICA CAROLINA MARTINS DE GODOY SIMAS (ONCOLOGISTA)

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada para fins de prorrogação contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Todavia, a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, sendo que a respectiva Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da legislação vigente e do Decreto nº 11.462/2023. Para o caso concreto, os fornecedores que demonstrarem interesse participarão do pregão eletrônico, estando cientes do atendimento a todos os requisitos estabelecidos no edital referente a este pregão.

4.2. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias corridos, contados do envio da Nota de empenho, na Central de abastecimento farmacêutico (CAF) do HGeC, localizado Praça Mal. Alberto Ferreira de Abreu, S/N - Batel, Curitiba - PR, 80420-020 – Curitiba – Pr, de segundas às sextas-feiras, das 08h às 11:30h e das 13h às 16h, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal da contratada, devidamente justificada, e prévia anuência da Administração.

4.3. A data de fabricação e validade (Dia, Mês, Ano) deverá ser de, no mínimo, 80% do período da validade total em vigor, no ato da entrega. Caso não tenha o material para fornecimento nas condições descritas acima, a contratada poderá fornecê-lo com validade mais curta, desde se comprometa em realizar a troca, através da emissão de uma Carta de comprometimento, caso o material não seja consumido em sua totalidade até a data de vencimento.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5 As empresas participantes devem se ater aos requisitos especificados no Edital em sua totalidade, incluindo o Termo de Referência para que não haja a interrupção da cadeia de suprimentos e impactando no atendimento dos pacientes/clientes.

4.6 Os materiais e medicamentos devem ser fornecidos da marca descrita na proposta e aprovada/aceita na fase de aceitação. Caso por algum motivo haja interrupção no fornecimento do material específico, seja por desabastecimento ou algum outro fator, é de responsabilidade do Contratada a sua substituição mediante autorização por escrito pela Contratante, sem ônus a União em situações que hajam variações cambiais.

4.7. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Efetuar a entrega;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Os itens devem ser entregues em suas embalagens originais, em perfeito estado de conservação, sem apresentar sinais e violação e/ou que suscitem dúvidas quanto à procedência dos mesmos, inclusive quanto à correta temperatura de conservação;
- Quando da entrega dos materiais, a referida nota fiscal deve conter o número de lote, o prazo de validade e as quantidades de cada um dos produtos constantes na referida nota fiscal;
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrita no Sistema Comprasnet (CATMAT- Catálogo de Materiais) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital. Para elaboração da proposta o participante deve se basear no descritivo do Termo de Referência;
- Os produtos fornecidos deverão estar obrigatoriamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e ser fornecidos nas embalagens originais ou em outras previamente autorizadas pelo Ministério da Saúde conforme estabelece a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.
- As embalagens e a bulas dos produtos fornecidos deverão ser as aprovadas pela ANVISA e estar redigidas em língua portuguesa, conforme previsto na Resolução RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009, e na Resolução RDC nº 47, de 8 de setembro de 2009, ambas da ANVISA
- As embalagens e bulas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações obrigatórias:
  - Número de registro do produto na ANVISA/Ministério da Saúde;
  - Nome completo do responsável técnico pelo produto;
  - Número de inscrição no respectivo conselho profissional, com a sigla da unidade federativa (UF) onde está inscrito;
  - Nome e endereço completo do fabricante ou do importador, conforme o caso;
  - Demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente.
- O não atendimento às exigências legais referentes à rotulagem e à bula implicará na recusa do recebimento do produto, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação aplicável e no instrumento convocatório.
- Provar o atendimento aos seguintes requisitos:
  - a. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;
  - b. A Licença Sanitária Municipal vigente.
  - c. Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.
  - d. a Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;
- 4.8. A contratação deverá observar as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como do Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, com foco na mitigação de impactos ambientais associados à aquisição, armazenamento, transporte e descarte de medicamentos. Nesse sentido, deverão ser observados, no que couber, os seguintes critérios:
  - 4.8.1. Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o Decreto 7.746/12 que regulamentou a Lei nº 14.133/21;
  - 4.8.2. Adoção de logística de fornecimento que minimize perdas e desperdícios, especialmente aqueles decorrentes de vencimento de medicamentos, mediante entregas programadas e compatíveis com a demanda da Administração;
  - 4.8.3. Garantia de que o transporte e acondicionamento dos medicamentos atendam às boas práticas sanitárias, incluindo controle de temperatura e integridade das embalagens, de modo a evitar perdas e danos ambientais decorrentes de descarte indevido;
  - 4.8.4. Fornecimento de produtos em embalagens adequadas à conservação e ao uso seguro, priorizando, sempre que possível, soluções que reduzam o volume de resíduos gerados, sem prejuízo das exigências sanitárias;
  - 4.8.5. Observância das normas ambientais e sanitárias aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, especialmente quanto ao descarte de medicamentos vencidos, avariados ou inutilizados;

4.8.6. Compromisso dos fornecedores com a conformidade regulatória junto aos órgãos competentes, incluindo boas práticas de fabricação, armazenamento e distribuição, contribuindo para a redução de riscos sanitários e ambientais;

4.8.7. Adoção, sempre que viável, de práticas que promovam a eficiência no uso de recursos logísticos e a redução de impactos ambientais indiretos associados à cadeia de suprimentos.

4.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.9.1. A prorrogação da validade da ata de registro de preços importará na renovação do quantitativo registrado, sem a soma do quantitativo eventualmente não utilizado no primeiro ano de vigência e observado o disposto no art. 23 do Decreto nº 11.462, de 2023.

4.10. Não haverá exigência da garantia prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões a seguir expostas:

4.10.1. Primeiramente, a exigência de garantia, como regra, representa um ônus financeiro adicional aos licitantes, que tende a ser incorporado ao valor das propostas apresentadas. Dessa forma, os custos decorrentes da prestação da garantia acabam sendo repassados à própria Administração contratante, o que contraria o princípio da economicidade que rege as contratações públicas.

4.10.2. Em segundo lugar, a imposição dessa exigência pode restringir a participação de interessados, reduzindo o universo de concorrentes e comprometendo o caráter competitivo do certame.

4.11. A contratação deverá observar as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, especialmente quanto à:

4.11.1. adoção de práticas que reduzam a geração de resíduos, incluindo embalagens adequadas e, sempre que possível, com menor impacto ambiental;

4.11.2. garantia de logística de transporte que minimize riscos ambientais e assegure a integridade dos medicamentos, evitando perdas e desperdícios;

4.11.3. observância das normas sanitárias e ambientais aplicáveis ao descarte de resíduos de medicamentos e embalagens;

4.11.4. priorização de fornecedores que adotem boas práticas de sustentabilidade em sua cadeia logística, quando tecnicamente viável;

4.11.5. redução de perdas relacionadas à validade dos medicamentos, mediante entregas programadas e fracionadas, conforme necessidade da Administração.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Para atender as necessidades, foram avaliadas as possíveis soluções existentes no mercado. Uma das análises realizadas, foi o levantamento de processos de aquisições semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades das Organizações Militares de Saúde.

5.2. Fruto destes estudos de mercado, foram encontradas algumas soluções existentes, as quais serão descritas a seguir. Contudo, verificou-se que, para a aquisição de medicamentos quimioterápicos, os estabelecimentos de saúde congêneres, em especial os hospitais e as entidades públicas, realizam a contratação por meio de Pregão Eletrônico, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

Das Soluções:

- Solução 1 - Encaminhamento dos pacientes para clínicas e/ou Organizações Cíveis de Saúde credenciadas;
- Solução 2 - Aquisição dos medicamentos para atendimento dos usuários pelos profissionais lotados nas Organizações Militares de Saúde mencionadas no item 1 deste Estudo.

Analisando-se as soluções existentes conclui-se que:

- Solução 1 - Não é viável por gerar elevado custo com encaminhamentos para Organizações Cíveis de Saúde
- Solução 2 - Mostra-se mais adequada, uma vez que os medicamentos serão utilizados em procedimentos realizados pela equipe de saúde das OMS.

5.3. Para realizar a aquisição dos medicamentos que atendam as demandas das OMS, entre as opções existentes em concordância com a legislação vigente (Adesão à Ata de Registro de Preços, Participação em Intenção de Registro de Preços e Realização de Processo Licitatório via Registro de Preços), a realização de pregão via registro de preços mostra-se economicamente mais vantajosa, principalmente em virtude da economia de escala pela aquisição de quantitativos maiores dos medicamentos objeto deste estudo.

5.4. Verificando junto a outros órgãos da existência de IRPs (Intenção de Registro de Preços), para o atendimento dos pacientes que necessitam destes materiais, conforme alude o parágrafo único do art.10 do Decreto nº11.462/2023,e através de análise das alternativas possíveis e justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, constatou-se que a realização de um Pregão Eletrônico promoverá um ganho de produtividade e economia para a Administração.

5.5. No dia 03/03/2023 foi publicado o Decreto n.º 21.850/2023, do Estado Paraná, tendo majorado a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ("ICMS"), a qual passou de 19% a 19,5% a partir de 18/03/2024. Referida majoração causou impacto direto e imediato nos preços dos produtos, onde a alteração da alíquota do ICMS apresentou uma significativa alteração no preço de venda dos produtos. A ocorrência de referido aumento do custo da carga tributária, de forma superveniente é significativa, influência de forma direta no valor final dos produtos comercializados pelos fornecedores. Além disso, os inconstantes e imprevisíveis aumentos de preço dos materiais e medicamentos, afetam radicalmente a vida financeira das empresas e da Administração Pública.

5.6. Considerando todos os fatores que influenciam na formação dos preços, o preço estimado foi definido de forma a aliar a atratividade do mercado e a mitigação de risco de sobrepreço. Após análise detalhada dos preços obtidos, eliminadas as discrepâncias, foi priorizada a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021. 4. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

5.7. Todos os licitantes, no momento de envio das propostas deverão apresentá-las com o valor já do ICMS do Estado do Paraná. Exceto se houver algum item que conste na CONFAZ 87/2002.

5.8. Quando se tratar o fármaco ou medicamento constante no Convênio ICMS 54/09 (que altera o Convênio ICMS 87/02)- CONFAZ, que concede isenção do recolhimento do ICMS aos órgãos da Administração Pública, as licitantes deverão apresentar proposta contendo, obrigatoriamente, consoante modelo do Anexo III c: a indicação percentual da alíquota do ICMS, os valores unitários e total, onerados com o ICMS, desonerados do ICMS e com aplicação do CAP, este último quando for aplicável ao fármaco o medicamento, de acordo com a resolução CMED N°3/2011.

5.9. Com relação ao orçamento sigiloso constatou-se a não viabilidade baseado em fracassos de anos anteriores, não sendo uma opção sustentável.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1 Suprir as demandas de medicamentos e materiais utilizados no Setor de Terapia Antineoplásica do HGeC, mediante a aquisição via pregão eletrônico na modalidade registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.2 A aquisição é necessária para atender as demandas de interesse do Hospital Geral de Curitiba, pois serão utilizados na área atividade-fim desta Organização Militar de Saúde, constituindo requisito impreterível para o alcance do melhor desempenho na concretização dos objetivos institucionais do referido nosocômio.

6.3 A Ata de Registro de Preços é fundamentalmente necessária para aquisição dos medicamentos para manter e iniciar os tratamentos dos pacientes do Setor de Terapia Antineoplásica do Hospital Geral de Curitiba.

6.4 Considerando a natureza do objeto e as características da presente contratação, a formalização da relação jurídica será realizada por meio de emissão de nota de empenho, em substituição ao instrumento contratual, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.5 A solução proposta contempla a aquisição parcelada por meio do Sistema de Registro de Preços, o que contribui para a redução de perdas por vencimento de medicamentos, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade e eficiência previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS).

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1 Para o planejamento da aquisição dos medicamentos via pregão eletrônico, foram analisadas as demandas para suprir a necessidade do Setor de Terapia Antineoplásica desta OM para o período de 2026. Este planejamento propicia contratações mais eficientes, posto que a realização de estudos delineados nas demandas observadas nos anos anteriores conduz a estimativas mais precisas, haja vista que se pode avaliar com maior assertividade os quantitativos de medicamentos e demais insumos dispensados nos tratamento aplicados aos pacientes.

7.2 A periodicidade anual das contratações (realização dos pregões para aquisições, permite identificar as novas modelagens /metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na atualização das especificações e dos planejamentos de aquisições, e portanto, em uma gestão mais eficiente dos recursos públicos disponibilizados para a OM. Dessa forma, a definição dos quantitativos foi realizada mediante análise do histórico de consumo dos anos anteriores, pacientes atualmente em tratamento, prognóstico de pacientes que iniciarão tratamento e projeções para suprir o aumento da demanda causada pelo atendimento de pacientes de toda a 5ª Região Militar e de outras regiões do Brasil, além de alguns pacientes da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil. Considerou-se também a atualização e inclusão de novos protocolos da Onco-Hematologia.

7.3 Os quantitativos solicitados para cada item foram estimados pela Central de Abastecimento Farmacêutico, em conjunto com o Setor de Terapia Antineoplásica (STA), com base no levantamento da demanda anual de pacientes cadastrados no FuSEx (militares da ativa e inativos, dependentes, servidores civis e pensionistas). Adicionalmente, foram utilizados relatórios de consumo extraídos do Sistema de Controle Físico (SISCOFIS), a fim de subsidiar a análise da média de consumo em série histórica e apoiar o planejamento das aquisições. Foram ainda consideradas demandas reprimidas e possíveis expansões do STA. Para determinados itens, estimou-se quantitativo superior ao histórico de consumo, com o objetivo de estabelecer margem de segurança e evitar desabastecimento.

7.4 Ressalta-se que a demanda por tratamentos onco-hematológicos apresenta crescimento contínuo ao longo dos anos. Embora haja pacientes que concluem seus tratamentos, há constante ingresso de novos casos, o que mantém e amplia a demanda do setor. Além disso, o aumento das indicações terapêuticas, bem como a incorporação de novos medicamentos inovadores e de alta complexidade, implica tanto na inclusão de itens sem histórico de consumo quanto na elevação do custo médio das aquisições, impactando o valor global estimado da contratação.

7.5 Diante do exposto, com base nas premissas e metodologias descritas, foram estimados os quantitativos máximos para aquisição dos itens objeto da presente contratação, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ITEM PE 900025 /26	ITEM PE 90009 /26	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
1	4	Asciminibe Concentração: 40MG	615689	Comprimido	60	720
2	5	Azacitidina Concentração: 100MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	383436	Frasco-Ampola	2	180
3	13	Cetuximabe Concentração: 5MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	390008	Frasco 20 ML	2	30
4	14	Citarabina Concentração: 100MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	443545	Frasco 5 ML	2	50
5	15	Dabrafenibe Concentração: 50MG	452497	Cápsula	28	1440
6	16	Dabrafenibe Concentração: 75MG	452496	Cápsula	120	1440
7	18	Daratumumabe Concentração: 120MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	475967	Frasco 15 ML	2	80
8	21	Doxorrubicina Cloridrato Dosagem: 2MG/ML, Indicação: Injetável, Característica Adicionais: Lipossomal Peguilado	323260	Frasco 10 ML	2	60
9	25	Etopósido Concentração: 20MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	342178	Frasco 5 ML	2	130
10	26	Fludarabina Fosfato Dosagem: 50 Mg, Tipo Uso: Injetável	268509	Frasco-Ampola	2	10
11	27	Gencitabina Cloridrato Dosagem: 1g, Tipo Uso: Injetável	270430	Frasco-Ampola	2	150
12	30	Imuno Onco BCG 40 mg, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	453044	Frasco-Ampola	2	60
13	31	Lazertinibe 80 mg	633475	Comprimido	90	2160
14	34	Mesna Concentração: 100MG/ML, Tipo Medicamento: Solução Injetável	273659	Ampola 4 ML	2	252
15	35	Nivolumabe Concentração: 10MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	436778	Frasco 10 ML	2	231

16	36	Nivolumabe Concentração: 10MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	436778	Frasco 4 ML	2	90
17	37	Octreotida Composição: Sal Acetato, Concentração: 30MG, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável, Característica Adicional: C/ Sistema De Aplicação	342981	Frasco-Ampola	1	24
18	44	Ruxolitinibe Concentração: 5MG	422156	Comprimido	60	1440
19	45	Ruxolitinibe Concentração: 10MG	462300	Comprimido	60	1440
20	46	Ruxolitinibe Concentração: 15MG	438741	Comprimido	60	1440
21	47	Sorafenibe Tosilato Concentração: 200MG	330335	Comprimido	60	720
22	50	Topotecana Cloridrato Dosagem: 4MG, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	321804	Frasco-Ampola	2	60
23	52	Vincristina Dosagem: 1MG, Apresentação: Injetável	270376	Frasco 1 ML	2	30
24	53	Vinorelbina Composição: Sal Tartarato, Concentração: 20MG	383788	Cápsula	1	100
25	54	Vinorelbina Composição: Sal Tartarato, Concentração: 30MG	383790	Cápsula	1	100
26	62	Teclistamabe Concentração: 90MG/ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável	611876	Frasco 1.7 ML	2	96

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 12.417.130,16

O valor total estimado desta aquisição é de R\$ 12.417.130,16 (doze milhões quatrocentos e dezessete mil cento e trinta reais e dezesseis centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O tendente processo de aquisição de medicamentos será realizado por pregão eletrônico, mediante admissão da adjudicação por item e não por preço global, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, sendo as exigências de habilitação adequadas a essa divisibilidade.

9.2. O parcelamento da solução mostra-se mais vantajoso pelo objeto da contratação se tratar de medicamentos, que são utilizados isoladamente e conforme a indicação para cada paciente. Embora haja casos de uso de medicamentos concomitantes, com o parcelamento, mais fornecedores podem apresentar propostas. Ademais, nos casos em que há um mesmo medicamento com apresentações comerciais diferentes, este modelo ainda é preferível, visto que não limita o fornecimento somente por empresas que possuam ambas as apresentações comerciais.

9.3. Dessa forma, entende-se que esse procedimento garantirá melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, atendendo plenamente ao disposto na Lei 14.133/21, § 5º do Art. 40 e ao preconizado na Súmula nº 247 TCU.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratação correlata.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano Plano de Gestão de Logística Sustentável e no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000201/2026



## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação pretendida resultará benéfica e vantajosa, uma vez que proporcionará:

- a) Garantia do pleno funcionamento do Setor de Terapia Antineoplásica do HGeC, proporcionando aos pacientes desse setor, pronto acesso aos medicamentos necessários aos seus tratamentos;
- b) Aquisição dos medicamentos somente no surgimento da necessidade;
- c) Atendimento às demandas “imprevisíveis”;
- d) Redução do volume de estoque através de “almoxarifado virtual”, diminuindo as atividades logísticas, acarretando menor custo para administração;
- e) Eliminação do fracionamento de despesas;
- f) Redução do número de licitações;
- g) Desburocratização e ampliação do uso do poder de compra, possibilitando agilidade e obtenção de preços menores nas aquisições;
- h) Maior agilidade e eficiência na gestão de aquisições dos medicamentos, desonerando o efetivo do setor de oncologia dos encargos inerentes a gestão simultânea de diversos processos administrativos; e investimento parcelado.

12.2 Consta-se, assim, que a realização do processo de aquisição de medicamentos mediante SRP, consiste em um procedimento mais aberto e flexível, consentâneo com a expansão do universo potencial de fornecedores e com a economicidade e agilidade indispensáveis à aquisição de suprimentos e contratação de serviços para a Administração Pública.

## 13. Providências a serem Adotadas

Para garantir os resultados pretendidos, algumas providências devem ser adotadas pela OM:

- a) Designar o pregoeiro para garantir agilidade para que o processo licitatório seja realizado em tempo compatível com as demandas, onde já consta nos autos o ato desta designação do pregoeiro, bem como também da respectiva equipe de apoio cumprindo o art. 8º, inc. VI, do Decreto nº 10.024, de 2019.
- b) Pedidos compatíveis com a condição adequada de armazenamento dos medicamentos;
- c) Pedidos de acordo com a demanda, proporcionando melhor controle de estoque de medicamentos, garantindo mais eficiência nos processos de gestão de compras;
- e) Agilidade e comunicação adequada entre setor requisitante e setor de empenhos para que o tempo para recebimentos dos medicamentos não tenha impacto no tratamento dos pacientes.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação observa as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da instituição, bem como considera as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª edição, de agosto de 2025, com o objetivo de assegurar o alinhamento aos preceitos de sustentabilidade. Nesse sentido, busca-se a adoção de práticas que promovam o uso racional de recursos, a redução de impactos ambientais e a adequada destinação de resíduos, especialmente no que se refere ao manejo de medicamentos e demais insumos de saúde, em conformidade com a legislação ambiental vigente e boas práticas de gestão de resíduos em serviços de saúde.

14.2 Os fornecedores deverão atender às normas vigentes relacionadas à sustentabilidade, incluindo boas práticas de acondicionamento, transporte e descarte de produtos, conforme legislação aplicável.

14.3. Devem ser observadas, no que couberem, as orientações contidas na Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, em especial quanto ao descarte dos insumos utilizados no presente contrato.

14.4. Os resíduos de serviço de saúde (RSS), são compostos por diferentes frações geradas nos estabelecimentos de saúde, tais como produtos químicos tóxicos, que, se não forem gerenciados de forma adequada, representam fontes potenciais de impacto negativo no

ambiente e disseminação de doenças, podendo oferecer perigo aos trabalhadores do estabelecimento de saúde, bem como para os pacientes e para a comunidade em geral. O gerenciamento dos resíduos sólidos de serviço de saúde (GRSS) constitui-se em um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente (RDC no 33, de 25 fevereiro de 2003). Os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os RSS por eles gerados, desde o momento de sua geração até a sua destinação final (Resolução CONAMA no 283, 12 de julho de 2001). Em virtude disto, o PGRSS deve possuir também, programas de controle na fonte de geração (redução, reutilização, reciclagem), incluindo a educação e o treinamento dos profissionais de saúde e o esclarecimento dos pacientes quanto as normas de descarte adequado dos resíduos gerados. O Hospital Geral de Curitiba possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) elaborado pela comissão de gerenciamento de resíduos, sob supervisão do responsável técnico, e de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente Federal, Estadual e Municipal, Resolução CONAMA no 5/1993, Resolução CONAMA no 283/2001, RDC no 33/2003, RDC no 306/2004, Resolução CONAMA no 358 /2005 e Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no 12.305/2010). Complementando seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) o Hospital Geral de Curitiba possui contrato com empresa especializada na coleta e na destinação adequada dos resíduos de serviço de saúde.

14.5. Os possíveis impactos ambientais serão mitigados mediante destinação adequada dos resíduos provenientes da utilização dos insumos. A título de exemplo registra-se que os resíduos de medicamentos serão incinerados seguindo todos os protocolos sanitários adequados e as embalagens e demais resíduos são recolhidos por empresa especializada que dão destinação final adequadas às normas sanitárias vigentes.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.


### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A solicitação do processo de pregão eletrônico, é fundamentalmente necessária para suprir a demanda necessária do Setor de Terapia Antineoplásica do Hospital Geral de Curitiba. Ante aos fatores detalhados acima, demonstrou-se que a tendente contratação é plenamente viável, pois:

- Atende às necessidades do HGeC;- Reduz os prazos de aquisição de medicamentos;
- Apresenta preços alinhados com os de mercado;
- Proporciona melhor controle de aquisições e de estoque de medicamentos, garantindo mais eficiência nos processos de gestão de compras.
- A escolha pela contratação via pregão eletrônico registro de preços, para o caso em tela, permite coordenar o fluxo contínuo de suprimentos para atender às demandas de tratamentos, de modo que se possa adquirir os medicamentos/insumos de forma mais rápida, sem prejuízos para administração pública, privilegiando o princípio da padronização, garantindo a qualidade e a busca por melhores preços

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 **KARINA DA SILVA AGUIAR BARCIK**  
Data: 16/06/2026 07:57:27-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**KARINA DA SILVA AGUIAR BARCIK**

Equipe de apoio

**VALQUIRIA DANIELE CASANOVA ANTUNES**

Equipe de apoio

**APOENA ALVES LOBATO**

Equipe de apoio

**CAROLINA MARTINS DE GODOY SIMAS**

Equipe de apoio

Despacho: Eu, ANA PAULA PERONE DE ANDRADE, ordenadora de despesas, aprovo o presente ETP, que visa a aquisição de medicamentos oncológicos, conforme legislação vigente.

**ANA PAULA PERONE DE ANDRADE**

Ordenadora de despesas